

Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas

LEVANTAMENTO DOS MARCOS LÓGICOS E LEGAIS DA PESQUISA “PSICOLOGIA JURÍDICA – VARAS DE FAMÍLIA”

1. Marcos Lógicos

<i>NORMATIVAS INTERNACIONAIS</i>		
Publicação/Origem		Ementa
DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS	1948	Lista os direitos e deveres fundamentais de todo ser humano.
Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem	1948	Resolução XXX, Ata Final, aprovada na IX Conferência Internacional Americana, em Bogotá, em abril de 1948. Cita os direitos essenciais do homem, que os Estados americanos devem reconhecer.
DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA	1959	Estabelece direitos universais das crianças.
Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais	1966	Adotada pela Resolução n.2.200-A (XXI) da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 16 de dezembro de 1966 e ratificada pelo Brasil em 24 de janeiro de 1992. O documento cita os direitos reconhecidos pelos estados-partes.
CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (PACTO DE SAN JOSÉ DE COSTA RICA)	1969	Reconhece os direitos e deveres essenciais da pessoa humana.
CONVENÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA	1989	Adotada pela Resolução n.º L. 44 (XLIV) da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989 e ratificada pelo Brasil em 20 de setembro e 1990. Enuncia um amplo conjunto de direitos fundamentais – os direitos civis e políticos, e também os direitos econômicos, sociais e culturais – de todas as crianças, bem como as respectivas disposições para que sejam aplicados.
PROTOCOLO DE SAN SALVADOR	1998	Protocolo Adicional à Convenção Interamericana Sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.
MARCOS NACIONAIS		
Publicação/Origem		Ementa

Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à convivência Familiar e Comunitária	2006	O plano é destinado à promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária e reflete a decisão de dar prioridade a essa temática, com vistas à formulação e implementação de políticas públicas que assegurem a garantia dos direitos das crianças e adolescentes, de forma integrada e articulada com os demais programas de governo.
Plano Plurianual 2008-2011	2007	Organiza a atuação governamental em Programas orientados para o alcance dos objetivos estratégicos definidos para o período do Plano. Conta com o Programa 1385, de Proteção Social Especial, que visa a redução das situações de risco pessoal e social em decorrência de abandono, maus-tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, situação de rua, entre outras que caracterizam o fenômeno da exclusão social dos indivíduos e famílias que tiveram seus direitos violados, visando a orientação, o convívio e o resgate de vínculos familiar e comunitário.

2. Marcos Legais

Tipo	Ident.	Data	Órgão	Ementa
Decreto-Lei	3.200	19/04/41	PR	Dispõe sobre a organização e a proteção da família.
Lei	6.515	26/12/77	PR	Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências.
Constituição Federal do Brasil		05/10/88	Assembléia Nacional Constituinte	Conjunto de normas, regras e princípios supremos do ordenamento jurídico do país.
Lei	8.069	13/07/90	PR	Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e outras providências.
Lei	8.560	29/12/92	PR	Regula a Investigação de Paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências.
Lei	10.406	10/01/02	PR	Institui o Código Civil.
Lei	11.697	13/06/08	PR	Dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e dos Territórios e revoga as Leis nos 6.750, de 10 de dezembro de 1979, 8.185, de 14 de maio de 1991, 8.407, de 10 de janeiro de 1992, e 10.801, de 10 de dezembro de 2003, exceto na parte em que instituíram e regularam o funcionamento dos serviços notariais e de registro no Distrito Federal.